

# ORIGEM E ASCENSÃO DO DEBATE SOBRE O CAPITAL INTERNACIONAL NA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA (1889-1964)

*Alexandre Macchione SAES<sup>1</sup>*

*Fábio Antônio de CAMPOS<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo discute a origem e a ascensão do debate intelectual sobre o capital internacional na formação econômica brasileira, entre o início do período republicano e a eclosão do golpe militar em 1964. Esse período divide-se em “origem”, do final do século XIX a 1930, e “ascensão”, do Governo Vargas ao início do regime ditatorial em 1964. O primeiro momento situa os debates embrionários à problemática da atuação do capital estrangeiro que suscitaram as primeiras manifestações nacionalistas. A partir da Revolução de 1930, os governos se voltaram para a industrialização, mas tal estratégia jamais se mostrou plenamente autônoma à utilização de recursos externos. Nesse contexto histórico que, os pensadores brasileiros nos anos 50 e 60 passaram a debater sobre a questão do capital estrangeiro *versus* capital nacional naquele padrão de desenvolvimento que se consolidava.

**Palavras-chave:** Capital internacional. Vias de desenvolvimento. Debate intelectual.

O debate sobre a internacionalização da economia brasileira entre o início do período republicano e o Golpe de 64 buscou demonstrar como a idéia de desenvolvimento econômico por meio do planejamento estatal e associação ao capital estrangeiro se formaram, contrariamente ao liberalismo, e atingiu seu auge, que resultou, por sua vez, na discussão dos diferentes tipos possíveis de vinculação ao setor externo, interpretados à luz do contexto internacional. Nesse sentido, faz-se peculiar entender quais os condicionantes que permitiram, ainda na Primeira República, florescer o debate sobre a economia brasileira diante das vicissitudes do capital internacional, para que, a partir da Revolução de 30 e, mais precisamente

<sup>1</sup> Mestrando em História Econômica – Instituto de Economia – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – 13081-970 – Campinas – SP – Brasil.

<sup>2</sup> Doutorando em Economia Aplicada – Instituto de Economia – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – 13081-970 – Campinas – SP – Brasil.

nos anos 50, abordagens de intelectuais pudessem atingir seu ápice, com projetos sociais definidos quanto à forma ideal de associação ao recurso externo.

A evolução do debate foi fruto, essencialmente, de algumas importantes transformações históricas: no plano externo, por exemplo, percebeu-se um maior fluxo de capitais internacionais na virada do século XIX, por meio da expansão das empresas estrangeiras e de empréstimos soberanos, que cessaram durante a Crise de 29 e a depressão dos anos 30, para depois da Segunda Grande Guerra, principalmente nos anos 50, retomar-se através da internacionalização dos mercados nacionais. Já no plano interno, o crescimento do mercado brasileiro, bem como o desenvolvimento da infra-estrutura urbana e a comercialização do café no início do século XX possibilitaram as condições ideais para a atração de recursos externos, que só seriam repostas definitivamente, depois da consolidação parcial dos setores de base durante os anos 40, que por meio do planejamento estatal, apresentaria na segunda metade dos anos 50, os meios internos necessários para atrair novos investimentos voltados à implantação da indústria pesada.

Diante deste contexto, o objetivo de nosso trabalho, por um lado, é traçar a origem do debate sobre tais determinantes, elegendo os principais personagens e examinando as principais obras deixadas por políticos e intelectuais no limiar do século, quando ainda não estavam suficientemente explícitas em suas trajetórias, por razões históricas, as visões sobre o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Por outro lado, buscaremos entender no auge da discussão, a partir dos anos 30 e 40, mas, sobretudo, no contexto da internacionalização produtiva dos anos 50, o nexos explicativo que buscou apreender a relação entre a internacionalização do capital e os desígnios gerais do desenvolvimento nacional.

### Origem do debate: 1889-1930

A origem do debate sobre a participação do capital internacional na formação da economia brasileira decorre da emergência de novos setores econômicos oriundos da expansão urbano-industrial brasileiro no final do século XIX. Enquanto para alguns grupos políticos a inserção do capital estrangeiro na economia representava vias para novos projetos de desenvolvimento e um caminho mais rápido para a modernidade, outros grupos acreditavam que tal inserção diminuía a autonomia política nacional e conseqüentemente apenas projetava o país para uma nova forma de dependência.

Tratando-se de um período embrionário, as posições quanto ao capital internacional ainda estavam em formação, e aparentemente três fases marcaram as manifestações ao capital internacional durante a Primeira República: os primeiros debates nasceram da emergência do capital industrial e das contestações deste grupo

ao capital estrangeiro, numa luta pelo protecionismo contra o liberalismo; no início do século XX, manifestações nacionalistas buscavam questionar a participação de empresas como a *Light* no controle dos serviços urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro e empresários como Percival Farquhar diante da concessão de ferrovias, portos e minério de ferro; por fim, já na década de 1920, a efervescência do nacionalismo tomava inúmeras expressões, como o tenentismo, a formação do PCB e a Semana de Arte Moderna, que, no limite, são aspectos importantes para compreender os significados da Revolução de 1930 e a segunda fase do debate sobre capital estrangeiro.

No contexto internacional a emergência da Inglaterra como potência comercial e financeira ditava as regras para o desenvolvimento mundial. Diante à acumulação interna do capital doméstico inglês, o país passou a exportar capitais, defendendo uma política mundial de livre comércio. Para garantir a circulação dos investimentos estrangeiros, a Inglaterra assumiu o padrão-ouro, que já na década de 1870 foi implementada por vários outros países interessados em ampliar as relações econômicas com a grande ilha. O fim do século XIX representou então, a expansão imperialista de novas potências como Alemanha, França e Eua para países periféricos, que se tornavam mercados interessantes para investir (EICHENGREEN, 1996; KENWOOD, 1994).

No plano interno, durante grande parte do século XIX, a inserção estrangeira foi fundamentalmente conduzida por capitais ingleses. Em todo período imperial, os bancos ingleses auxiliaram o governo brasileiro por meio de empréstimos, e por volta da década de 1870 os investimentos voltaram-se para a construção de ferrovias. Nesse sentido, eram os setores vinculados à economia exportadora que mais atraíram os interesses estrangeiros. Em 1899, a chegada da empresa canadense *Light* marcaria sinais de uma nova fase da participação estrangeira no país, com a diferenciação dos capitais estrangeiros interessados em investir e criação de oportunidades em novos setores econômicos relacionadas ao crescimento urbano-industrial e diversificação das atividades primárias brasileiras (CASTRO, 1979).

Os principais grupos políticos no período imperial brasileiro estavam ligados a produção agrário-exportadora ou ao comércio de importação, e consecutivamente existiam poucos incentivos à produção industrial nacional, que ainda concorriam com as baixas tarifas alfandegárias dos produtos importados. A elevação dos impostos alfandegários determinados pela Tarifa Alves Branco em 1844, desta forma, foi uma das primeiras manifestações protecionistas e consecutivamente favoráveis ao desenvolvimento nacional (DINIZ, 2002).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> A Tarifa Alves Branco foi considerada como uma ruptura com a Inglaterra, o principal país exportador para o Brasil no período, por aumentar os impostos de importação de diversos produtos de 15% para 30%.

Mesmo defendendo o projeto tarifário, Manuel Alves Branco e Rodrigues Torres questionavam os limites da adoção de tal política tributária imperial por basicamente dois motivos: em primeiro lugar, advertiam que os impostos de importação eram os mais importantes na receita do Governo, e, portanto a Tarifa Alves Branco significava muito mais o aumento da arrecadação do que propriamente de estímulo ao desenvolvimento da produção nacional. Em segundo lugar, a cota tarifária às importações de 30% em 1844, era pouco satisfatória para auxiliar a produção nacional, que necessitava de taxas entre 50 e 60%. Mais que fomentar a indústria nacional, Alves Branco procurava impulsionar a produção do país, afirmando na Assembléia Geral Legislativa no Rio de Janeiro “[...] que o governo esteja sempre autorizado para proteger os capitais nacionais ou estrangeiros, que queiram empregar-se dentro do país em manufaturas.” (LUZ, 1975, p.51).

A Tarifa Alves Branco significou um aumento apreciável na arrecadação Imperial, contudo a expansão manufatureira foi muito tímida, como já advertia o próprio autor do projeto. O pensamento nacionalista não encontrava ressonância no ambiente político brasileiro do período, porque externamente os interesses ingleses eram obstáculo ao protecionismo alfandegário, e internamente as “hostes liberais” defendiam doutrinas convenientes para a monocultura (LUZ, 1975).

Em 1875 surge o primeiro movimento político industrial do país, representado pela classe industrial de chapéus que recorria à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para revisão das tarifas alfandegárias diante a concorrência das fábricas alemãs. Rodrigues Torres e Alves Branco novamente aparecem como defensores da produção nacional, reiterando que o país deveria se preocupar com a industrialização. Negando a representação dos industriais, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional apresentou argumentação invocando a autoridade de Visconde de Cairu, aconselhando o Governo a manter a política comercial liberal, aceitando a condição do Brasil como país agrário-exportador. Somente em 1882, o industrial Felício dos Santos apresentaria um dos primeiros documentos para defender as idéias em prol da industrialização. O documento Manifesto da Associação Industrial, que, atacando o liberalismo, argumentava que o protecionismo poderia gerar a independência econômica do país e diminuir a vulnerabilidade da economia monocultora, além de atrair capitais estrangeiros para novos projetos de desenvolvimento, podendo recuperar a balança comercial e balança de pagamentos. As idéias do Manifesto tornaram-se um “[...] elemento poderoso na evolução do nacionalismo econômico.” (LUZ, 1975, p.68).

Com a Proclamação da República, dois grupos de nacionalistas articulariam formas distintas de proteger à produção nacional: Amaro Cavalcanti, Lauro Muller e Barata Ribeiro eram industrialistas otimistas com os primeiros anos republicanos, enquanto João Pinheiro Serzedelo Correa e Nilo Peçanha defendiam uma política

de amparo à produção nacional. Outro importante grupo nacionalista foi aquele formado pelas idéias positivistas, que no Governo jacobino de Floriano Peixoto teve condições de promover a primeira política econômica industrialista brasileira, com o Ministro Rui Barbosa. As considerações de Amaro Cavalcanti a favor do protecionismo eram,

1. dotar o país de indústrias necessárias ou lucrativas, que de outra sorte seriam sufocadas logo ao nascer; 2. assegurar, por esse modo, trabalho e bem estar à população operária do país; 3. tornar-se independente do estrangeiro, dispensando-se de comprar-lhe produtos, a respeito dos quais, é de supor, aquele acabaria por adquirir o monopólio, depois de haver arruinado a industria nacional. (LUZ, 1975, p.73).

Amaro via as importações como fator de desequilíbrio econômico e a autonomia e a riqueza só poderiam ser alcançadas por meio da indústria nacional.

Nas idéias de Serzedelo Correa (1903) para “garantir a independência nacional” era preciso um desenvolvimento harmônico, com uma política protecionista moderada associada a medidas políticas como saneamento monetário e fiscal, organização de crédito e incremento do comércio internacional. Ao mesmo tempo em que Correa previa auxílio às culturas agrícolas em crise, como o Vale do Paraíba, ainda defendia a entrada de Companhias estrangeiras para valorizar a economia (CORREA, 1903). Anos mais tarde, em meados da década de 1910, Getúlio Vargas, como político no Rio Grande do Sul, enfatizaria a necessidade da maior participação do Estado e do apoio do capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento econômico, investindo em setores estratégicos como o transporte ferroviário e siderurgia (FONSECA, 1989).

O período republicano parece alterar o teor das questões sobre o capital estrangeiro na economia brasileira. Durante praticamente todo o Império, a problemática política foi centrada entre o debate entre liberalismo e protecionismo; enquanto a elite brasileira era cooptada pela ideologia liberal inglesa, alguns poucos políticos e proto-industrialistas defendiam a proteção tarifária do mercado nacional. Nas primeiras décadas republicanas, a preocupação entre os grupos foi discutir a necessidade ou não da abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro. Como vimos, atores como Cavalcanti defendiam “independência do estrangeiro”, e questionavam a entrada e controle de setores estratégicos como ferrovias e produção de energia elétrica por empresas estrangeiras. Outros grupos políticos acreditavam que a importação de empresas e capitais estrangeiros trariam tecnologia e investimentos necessários para o desenvolvimento nacional.

A chegada da *Light*, em 1899, provocou grande impacto na economia paulista; liderada pelos empresários Frederick Pearson e Alexander Mackenzie, a empresa

canadense foi autorizada a funcionar no país com capital inicial de 6 milhões de dólares, a receita do Estado de São Paulo. Rápido a *Light* passou a deter o controle dos serviços de iluminação e transporte da cidade de São Paulo, vencendo as concorrentes Companhia Viação Paulista e a Companhia de Água e Luz de São Paulo. Não tardou muito para conquistar os mercados da região de Sorocaba, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Salvador, de maneira que com tal poder econômico e político, a empresa era chamada de “polvo canadense” (SOUZA, 1982).

Em pouco tempo a *Light* passou a representar o significado de modernidade para os moradores de São Paulo. Com a empresa canadense, a capital paulista recebeu suas primeiras linhas de bondes elétricos, de iluminação pública, assim como energia particular para residências e indústrias. Os jornais relatavam as transformações, “Era bellissimo ontem, à noite, o aspecto da rua Barão de Itapetininga, fartamente iluminada, por lâmpadas de arco, suspensa sobre cada poste da *Light*.”<sup>4</sup> As inaugurações da iluminação pública eram marcadas com festas, como na comemoração do vinte de setembro de 1907, em que os jornais esperavam vinte mil pessoas para admirar a nova noite.<sup>5</sup>

Contrários à expansão da *Light* no mercado paulista, nacionalistas como Alberto Torres questionavam a transmissão de setores vitais para o desenvolvimento nacional para empresas estrangeiras. Alberto Torres (1938, p.95-6), num longo embate contra o capital estrangeiro, defendia que,

Para manter a independência da nação, é imprescindível preservar os órgãos vitais da nacionalidade: suas fontes principais de riqueza, suas indústrias de primeira necessidade e de utilidade imediata, seus instrumentos e agentes de vitalidade e de circulação econômica, a viação e o comércio interno.

Nesse mesmo contexto, em 1903 na Câmara dos Deputados, Felisberto Freire considerava que o país devia decidir entre a autonomia econômica frente ao capital internacional ou a desnacionalização. A xenofobia de Freire defendia a dispensa dos serviços do capital estrangeiro. Respondendo a Felisberto, Pandiá Calógeras acreditava na necessária participação do capital estrangeiro como elemento de desenvolvimento, na construção de estradas de ferro e urbanização das cidades, empreendimentos que para Calógeras não podiam ser supridos nacionalmente.<sup>6</sup>

Na Primeira República basicamente dois espaços eram determinantes nos debates sobre a inserção do capital estrangeiro, os jornais como meio de discussão pública, e as esferas políticas cujos debates definiam concessões e contratos das

<sup>4</sup> Cf. A PLATÉIA, 1906.

<sup>5</sup> Cf. CORREIO PAULISTANO, 1907.

<sup>6</sup> Cf. BRASIL, 1904.

empresas estrangeiras. Nos jornais, a empresa *Light* ao lado do poeta, Adolfo de Campos, formaram A Gazeta em 1906, jornal que defenderia a empresa incondicionalmente. Anos mais tarde, Assis Chateaubriand, o jornal O Cruzeiro e Jornal do Brasil também seriam meios de patrocinar e difundir as idéias da empresa canadense (PONTES, 1995). Contudo, facções nacionalistas também se organizavam contra o poder do “polvo canadense”, como o jornal O Estado de S. Paulo do empresário Julio de Mesquita, que questionava o domínio da *Light*. Outros empresários brasileiros como Street, Graffée, Guinle e Irmãos Klabin questionaram a *Light* e a Câmara Municipal de São Paulo, quando no início da década de 1910, a empresa buscou ampliar os contratos de monopólio nos serviços urbanos paulistanos para mais cinquenta anos (SAES, 2004).

Contra a renovação dos contratos da *Light*, em 1909, a empresa Docas de Santos, dirigida pelos empresários Graffée e Guinle, ofereceu para a cidade de São Paulo o serviço de distribuição de energia elétrica por um preço reduzido por se tratar de um excedente de energia produzido para o porto. Em apoio a Docas de Santos, o importante empresário Jorge Street lançou uma campanha nos jornais criticando a *Light* por não atender ao pedido de aumento de consumo de energia elétrica em suas fábricas de Juta. Street argumentava que, além da Docas de Santos ter condições de oferecer o serviço mais barato, poderia assumir as regiões em que a *Light* ainda não atendia. A empresa Irmãos Klabin também defendia a redução dos preços para a produção industrial, e por isso pediu autorização para a prefeitura para produzir sua própria energia para fugir do monopólio da *Light*.

Em defesa da *Light*, jornais enfatizavam a importância do monopólio da empresa,

Nunca chegamos a compreender, como um serviço público, indispensável, que depende da ocupação do leito das ruas e do emprego de grandes capitais, pudesse ser entregue aos azares da livre-concorrência, como qualquer pequeno negócio de bugangas. Parece-nos sempre mais conforme à boa razão e conveniente ao interesse público, que fosse esse serviço confiado a uma empresa que o executasse em condições estabelecidas por contractos, com obrigações de todos servir nos termos estipulados<sup>7</sup>.

A *Light*, mesmo sendo questionada, em 1912, conseguiu renovar o contrato monopolista para serviços públicos em São Paulo, por causa da íntima relação política com vereadores e o Prefeito. Nas eleições, a *Light* indicava os vereadores em que seus funcionários deveriam votar, elegendo-os. E ainda, distribuía vantagens

<sup>7</sup> Cf. A PLATÉIA, 1912.

econômicas para a Câmara Municipal, como troca de favores por decisões políticas (BARRO, 1995).

Enquanto a *Light* vencida as questões judiciais na cidade de São Paulo, Percival Farquhar, empresário americano, expandia seus negócios no mercado brasileiro com apoio do banqueiro francês Hector Legru. Farquhar foi responsável pela formação da empresa de serviços públicos The Rio de Janeiro *Light* em 1904 e, mais tarde, chefiou outros negócios, como o Porto de Belém do Pará (1906), ferrovias como Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1906), Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907), E. F. Sorocabana (1907), e tornou-se acionário majoritário da Mogiana e Paulista (1908)<sup>8</sup>.

Alberto Torres tornou-se o grande crítico da expansão dos negócios de Farquhar no país, considerando que o Governo estava entregando setores essenciais para a soberania nacional. Contudo, as críticas de Alberto Torres somente foram assimiladas de maneira mais sistemática na década de 1930, quando o Governo de Vargas implementaria o Código de Águas e Minérios, além de controlar setores estratégicos do desenvolvimento. Alberto Torres denunciava, em 1914, o projeto de Farquhar para o estabelecimento de colônias de mineração no Brasil. Surgia o caso Itabira Iron:

Foi preciso que a República atingisse a maioria, para que se nos apresentasse a perspectiva de ver instalar, entre nós, colônias de mineração com as da África do Sul, monopólios industriais e agrícolas, extensas regiões entregues à exploração alheia, estradas de ferro marginadas de vastas zonas de influência estrangeira. (TORRES, 1938, p.198).

No entender de Singer (1975, p.387).

Farquhar representa uma forma de penetração imperialista que estava sendo superada. Sua falência justamente em 1914, ano em que começa a Primeira Grande Guerra, simboliza a passagem de uma época a outra. Depois da Guerra, as concessões no Brasil deixam cada vez mais de serem lucrativas, basicamente porque os interesses da nova burguesia industrial em ascensão requeriam serviços chamados de infra-estrutura – transporte, energia, comunicação etc. – baratos.

Contudo, Farquhar ainda voltaria à cena na década de 1920 na tentativa de controlar as minas de ferro brasileiras. Em 1910, o Presidente Nilo Peçanha tentou formar o projeto siderúrgico com apoio inglês, ano em que a expansão das indústrias de bens de consumo indicava a necessidade de desenvolvimento das indústrias de bens de produção; contudo, Hermes da Fonseca, o sucessor, abandonou o projeto

<sup>8</sup> Cf. SINGER, 1975.

(BANDEIRA, 1973). No contexto de industrialização e guerra, as jazidas de ferro tornavam-se centrais para o desenvolvimento de qualquer país, e por isso mesmo grandes empresas passaram a se interessar pelas minas brasileiras. Uma das principais empresas no Brasil era a Itabira Iron Ore Company, em que Farquhar aparecia como um dos principais donos, e que receberia investimentos do sindicato Itabira formado pelos grupos ingleses dos Rothschild, Baring Brothers, Ernest Cassel (SILVA, 1997).

Epitácio Pessoa acreditava que era essencial a existência de uma siderúrgica no país, e em 1920, buscou incentivar o grupo Itabira Iron com concessão de estradas de ferro, porto, minas de ferro, e sem cobrança de impostos sobre importação como do carvão, para que a empresa construísse a siderúrgica. Esse projeto de Pessoa deveria ser aprovado também pelo governo mineiro, ocupado por Arthur Bernardes, que se posicionou contrário à distribuição de tantos benefícios a uma empresa estrangeira. O interesse de Epitácio Pessoa foi encarado como uma aproximação do governo brasileiro com a Casa Branca. Não contavam os diretores da Itabira Iron que o presidente sucessor de Pessoa seria justamente Bernardes, que barraria definitivamente o projeto, sendo acusado de antiindustrialista. Com isso, o projeto nacional de independência industrial foi atrasado por quase vinte anos, em parte pela falta de um projeto nacionalista de desenvolvimento coeso, e em parte pela posição estratégica do capital estrangeiro que se favorecia com o controle das matérias primas para beneficiamento no exterior (SILVA, 1997).

Seguindo a defesa dos setores estratégicos brasileiros na década de 1920, surgiria o movimento tenentista; com um significado maior que um levante militar, os tenentistas apresentavam um projeto nacional modernizador e industrialista, com a incorporação da classe média e defesa do voto secreto. A interpretação clássica do movimento tenentista (ROSA, 1976)<sup>9</sup> considerava que a luta desses militares correspondia a uma reivindicação das classes médias e de caráter patriótico contra a ideologia das classes dominantes. Em 1924, Isidoro Dias Lopes e Luiz Carlos Prestes criticavam o endividamento brasileiro, que apenas transferia as riquezas nacionais para o exterior sem promover o desenvolvimento nacional (CARONE, 1970). O movimento tenentista de 1922, no Rio de Janeiro, manteve-se restrito as questões corporativas, numa tendência “liberal”, não promovendo críticas as instituições democrático-oligárquicas. Entretanto, em 1924, a luta tenentista ultrapassou o caráter local, com Siqueira Campos em São Paulo, Luiz Carlos Preste no Rio Grande do Sul, Ribeiro Júnior no Amazonas e Juarez Távora no Nordeste, e assumiu a “tendência nacionalista e industrial”, promovendo uma ruptura com a ideologia oligárquica.

<sup>9</sup> As críticas posteriores ao trabalho de Rosa passaram a não mais considerar a relação direta entre classes médias e tenentismo, pela não existência ainda de uma unidade ideológica e política da classe média. (SAES, 1975).

O nacionalismo tenentista coincidia com uma grande valorização da sociedade para a essência do brasileiro. A Semana de Arte Moderna era uma tentativa de recuperar as idéias de “intelectuais inconformistas” da década de 1910, como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Alberto Torres e Monteiro Lobato, derrotados pela tradição oligárquica (OLIVEIRA, 1997). O ano do Centenário da Independência tornou-se o marco desse movimento de transformação das idéias na década de 1920, incorporando o “nascimento” da sociedade e da cultura nacional. Macunaíma, Manifesto Pau-Brasil, Antropófago são exemplos das posições da Semana de 1922 para a valorização da cultura nacional como pretensão de ser moderno, cuja expressão num extremo foi perceptível em Oswald de Andrade. Mario de Andrade considera que o caminho para o Brasil moderno devia passar pela educação e pela política, em que o artista deveria alcançar o papel de intelectual (LAHUERTA, 1997).

Os anos 20 demarcaram a emergência da questão da revolução burguesa e da modernidade capitalista no Brasil. O liberalismo foi a base institucional da dominação oligárquica, cuja oposição era o positivismo, que permeavam as idéias industrialistas e até as reflexões dos movimentos operários socialistas de inspiração. O movimento operário assumiu, de um lado, uma feição reformista social democrata, exigindo incorporações de direitos trabalhistas, enquanto de outro lado, liderando as greves de 1917 e 1919, ideais anarquista (DEL ROIO, 2002). Astrojildo Pereira, fundador do PCB e um dos líderes intelectuais no período, argumentava que o país tinha passado por cem anos de imperialismo britânico e começava a passar para as mãos do imperialismo americano (PEREIRA, 1979). A interpretação do PCB seguiria essa linha de análise, considerando a Revolução de 1930 como uma luta entre imperialismos britânico e americano, e como a revolução burguesa, que superava a fase feudal brasileira. Contudo, foi apenas com Octavio Brandão que o Partido teve sua primeira grande obra, *Agrarismo e Industrialismo*, obra pioneira no método marxista no Brasil (SILVA, 2000). O autor construiu a dinâmica da economia brasileira diante inserção no mercado mundial e de uma economia dependente, que buscava criar mecanismos de superação do agrário dominante.

As interpretações do Partido passavam a fazer parte da ideologia dos trabalhadores, e diante a política exterior, os membros do Bloco Operário exigiam a luta contra o imperialismo das potências financeiras. A orientação defendia a oposição à empréstimos externos, a revisão dos contratos das empresas estrangeiras, a nacionalização dos serviços de estradas de ferro, das minas, e das usinas de energia elétrica e alianças entre países da América Latina e países coloniais como Índia e China (PEREIRA, 1979).

Portanto, as primeiras interpretações do Brasil foram esboçadas na década de 1920, e consecutivamente, delineou-se os princípios de idéias para o desenvolvimento do país vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, o movimento tenentista e a

Semana de Arte Moderna. No limite, mesmo com formações diversas, operários, militares e intelectuais, os movimentos e acima de tudo, a década de 1920, apresentava iniciais projetos para a construção de uma alternativa de desenvolvimento para o Brasil, superando as limitações da dependência ao capital estrangeiro e valorizando o nacional.

### Ascensão do debate: 1930-1964

O debate sobre capital estrangeiro no Brasil entre 1930 e 1964 permite ter como foco o projeto de desenvolvimento que os autores reivindicavam, o que dificilmente poderíamos fazer no período anterior, uma vez que a sua origem está incrustada em posições que se confundem com o próprio contexto, visto que o instrumento analítico que iria confrontar o liberalismo estava em plena gestação, para assumir sua ascensão neste período. Por isso, a razão que os autores levaram a buscar uma determinada visão está influenciada pela ideologia, formação intelectual e a percepção do contexto histórico, colocando-os perante uma perspectiva de mudanças estruturais na própria economia, até então inéditas em relação ao período anterior, em que o eixo interpretativo predominante passa ser a industrialização, e não mais o desenvolvimento agrário-exportador que estava expresso pelo liberalismo da Primeira República. Daí, a importância de conceber a Revolução de 1930, do fortalecimento do mercado interno e da criação do aparelho estatal, bem como a crise mundial, o conflito e o pós-guerra, como fatores que transformaram o olhar sobre a nação, possibilitando-nos definir com mais clareza a diversidade de interpretações.

Dentro dos possíveis projetos de desenvolvimento, estão os termos de vinculação com o setor externo, em que a análise de cada autor reflete a possibilidade, ou não, do capital internacional submeter-se aos interesses nacionais. A nossa tentativa é de demonstrar três correntes interpretativas sobre a internacionalização brasileira, no momento em que as diversas posições teóricas assumem sua ascensão explicativa: visão crítica ao capital estrangeiro, visão disciplinadora ao capital estrangeiro e visão liberal ao capital estrangeiro. Para tanto, antes de iniciarmos o debate propriamente dito, é necessário traçar em linhas gerais os condicionantes históricos que sustentaram tais vertentes.

O período entre 1930 e 1964 possui alguns elementos que influenciaram a dinâmica dos fluxos de capitais ao redor do mundo. Primeiro, a crise de 29, que pelo seu impacto financeiro, fez com que os países se voltassem para si mesmos, como forma de assegurar a recuperação de seus mercados internos, em que o capital internacional, tanto líquido quanto produtivo, apresentaria um movimento decrescente (BLOCK, 1987). Esta tendência se acentuou com a Segunda Guerra Mundial, quando

as economias centrais, além de se concentrarem na produção interna, buscaram desenvolver os setores bélicos (COUTINHO, 1975). Acabada a guerra, os principais países ocidentais se organizaram para estabelecer normas comuns de ajuste financeiro (reunidas no acordo de Bretton Woods, que esteve vinculado ao início da Guerra Fria), a fim de sobrepor o padrão monetário e de acumulação e que restaurasse a expansão dos mercados de bens e capitais (EICHENGREEN, 1996).

O adverso contexto da depressão nos anos 30 e da Segunda Guerra Mundial permitiu que o Brasil se voltasse também aos seus mercados internos e trilhasse um desenvolvimento industrial pautado pela construção do aparelho de Estado, que intensificou a implantação das forças produtivas internas (DRAIBE, 1985). A Revolução de 30 daria o passo inicial para a consolidação destas bases de desenvolvimento industrial, que na segunda metade dos anos 50, atingiriam seu ápice com a implantação da indústria pesada em função da aliança entre os interesses do Estado brasileiro, capital privado nacional e os investimentos diretos estrangeiros (MELLO, 1998), como resultado da acumulação ampliada do capital que esteve orientada, sobretudo, pela internacionalização dos mercados internos (GILPIN, 1975).

Dois temas polêmicos foram fundamentais para entender os elos que vinculavam o Estado brasileiro à expansão dos investimentos internacionais, primeiro, a proteção dos recursos naturais, que tornaram proeminentes algumas discussões, como as que envolviam o Código de Minas e o Código de Águas, os quais passaram por várias modificações em sua legislação nos anos 30 e 40 (BIELSCHOWSKY, 2000). O debate sobre os recursos estratégicos, no contexto da guerra, também encontrou seu eco em questões referentes à siderurgia, que originou a Companhia Siderúrgica Nacional em 1942, e do petróleo, que culminou na campanha pelo seu monopólio estatal e a criação da Petrobrás em 1953 (FONSECA, 1989). Por outro lado, a remessa de lucros do capital estrangeiro foi também um tema de grande destaque, em que a Lei Malaia de 1945, o Decreto-Lei nº 9.025 de 1947, Decreto nº 30.363 de 1952, Lei do Mercado Livre de 1953, Instrução 113 da SUMOC de 1955 e Lei de Remessas de Lucro de 1962 apareceram presentes em toda a reflexão intelectual do período (CAMPOS, 2003).

Por último, é necessário entender como tais discussões estiveram presentes nos governos do período. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart marcaram posição de destaque quanto ao tipo de associação ao capital internacional, em que se pode identificar, quando comparadas, continuidades e inflexões em suas respectivas estratégias (CAMPOS, 2004). Vargas, por exemplo, principalmente em seu segundo governo, tentou se associar ao capital internacional de forma não subordinada aos interesses externos, ainda que buscasse o auxílio nos investimentos de risco, ele privilegiou os financiamentos públicos, para que os pudesse centralizar

e decidir sobre seu destino na economia nacional, definindo uma política orientada pelo capital nacional. Juscelino, por sua vez, aproveitando-se do favorável contexto de expansão dos fluxos de capitais privados europeus, disponibilizou o aparelho estatal a se associar ao capital estrangeiro, sem estabelecer necessariamente uma hierarquia como Vargas tinha pretendido, assim imprimiu uma política econômica que não discriminava o tipo de capital que iria determinar a industrialização. Goulart, todavia, quis retomar o tipo de autonomia que Vargas tinha perdido, por isso aprovou a polêmica Lei de Remessas de Lucro, destoando-se da não menos debatida Instrução 113 da SUMOC que favorecia os investimentos internacionais. Mas, a tentativa de resgatar um marco institucional de rígida disciplina ao capital estrangeiro sucumbiria com o Golpe de 64, quando a política econômica brasileira se rendeu a financeirização dos euromercados.

### Visão crítica ao capital estrangeiro

Esta vertente tem fortes restrições ao investimento direto estrangeiro, aceitando-o apenas sobre forte controle cambial, com preferência ao financiamento de longo prazo. Isso porque tais autores são adeptos de um projeto de desenvolvimento antiimperialista e, portanto, autônomo em relação aos interesses externos. Também comungam da idéia de preparação do país para atingir o socialismo, assim apresentam forte vinculação com as correntes marxistas e partidos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O tipo de industrialização almejado por eles requer total independência dos mercados internos mediante a planificação estatal da economia, assim como a reforma agrária e a intensificação da distribuição de renda, como forma de suplantando níveis inferiores de reprodução material da sociedade.

Um dos autores mais influentes deste tipo de abordagem, com grande proximidade do PCB, além de ter sido intelectual ativo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é Nelson Werneck Sodré. A incompatibilidade estrutural do desenvolvimento econômico calcado na associação com o capital estrangeiro revela, segundo o autor, vários aspectos nocivos para países subdesenvolvidos, dentre eles, estão: 1) O auxílio do recurso externo significa a aliança estratégica entre o imperialismo e as elites neocoloniais, que buscam firmar um acordo de subordinação nacional, priorizando apenas seus ganhos imediatos (SODRÉ, 1967b); 2) O capital estrangeiro constitui-se em um instrumento específico do imperialismo, que se procura aproveitar de contextos históricos determinados para impor suas explorações comerciais, financeiras e produtivas (SODRÉ, 1967a); 3) Forte impacto no balanço de pagamentos, uma vez que o investimento internacional desestabiliza a economia nacional, na medida em que sua tática impõe-se justamente em realizar seus lucros

fora do país, o que legitima, portanto, a necessidade de crescentes reservas cambiais para remeter renda (SODRÉ, 1967b); 4) Além disso, o problema da crescente centralização de capital, através das conglomerações e desnacionalizações, colocaria a economia de países subdesenvolvidos como o Brasil, a mercê da dependência financeira e tecnológica dos países centrais (SODRÉ, 1967b).

A possibilidade de ter estabelecido no país um desenvolvimento autônomo e livre de todas estas restrições, além de se impor uma disciplina rígida às empresas e corporações estrangeiras que residiam há décadas no Brasil, só foi vislumbrada, segundo a análise werneckiana, pela “Época de Vargas”. No entanto, tal autonomia teria acabado em 1954 diante do seu suicídio quando se “finda uma política”. Diante disso, os Governos Café Filho e JK inauguram um modelo “antinacional de desenvolvimento” que se submeteu, seja através da Instrução 113 ou do Plano de Metas, a uma “opção deliberada” pelo imperialismo. Com Goulart, tardiamente, segundo o autor, ainda se tentaria ressuscitar a “política de conciliação” perdida em 1954, mas o modelo de subordinação ao capital internacional, que foi constituído já com Juscelino Kubitschek, seria levado às últimas consequências depois do Golpe de 64, impedindo de firmar-se qualquer política democrática que pudesse levar adiante uma “revolução burguesa”, em aliança com as classes populares (SODRÉ, 1997).

Em uma linha interpretativa semelhante, porém, com um viés oposto à idéia de ter sido derrotado um projeto de “revolução burguesa” democrática, Caio Prado Jr. (1999) observou um desenvolvimento brasileiro associado e subordinado ao imperialismo, sem nunca ter tido o grau de autonomia que Sodré depositou na “Época de Vargas”. Para ele, jamais houve uma “estratégia independente”, visto que desde o período colonial o Brasil sempre esteve submetido ao “sentido externo”, em que nos anos 30 até a ditadura militar apenas se redefiniu uma situação de dependência em relação ao capital estrangeiro que já vinha de longo prazo, que se expressava em sua totalidade pelo Estado brasileiro submetido aos ditames do imperialismo (PRADO JUNIOR., 1999). Além disso, de maneira crítica ao programa do PCB, Prado Jr (1999), fez questão de mostrar que nunca houve uma “burguesia nacional” que pudesse libertar a nação de sua secular espoliação imperialista, pois todos os governos nacionais republicanos, de 1930 até o golpe, apenas legitimaram interesses da elite, distantes das necessidades sociais do país através do “capitalismo burocrático”.

Por isso, Caio Prado Jr. (1957, 1970) sempre definiu um certo grau de associação de todos os governos nacionais ao imperialismo, recorrendo às características essenciais da internacionalização produtiva: 1) Ausência de nexos com o território nacional; 2) Incerteza estrutural em função das exigências financeiras que o recurso

externo continuamente impõe para remeter seus lucros; 3) Exploração de recursos naturais e estratégicos; 4) Identidade entre os investimentos de risco e os empréstimos e financiamentos, uma vez que a remuneração dos primeiros, bem como sua alta mobilidade espacial, conduz a sérios déficits no balanço de pagamentos que exigem a contrapartida líquida dos segundos; 5) A dominância dos setores mais dinâmicos pelo capital internacional não possibilita a interação com o capital nacional, dada a superioridade técnica e administrativa das multinacionais.

O ápice da subordinação ao imperialismo para o autor estaria simbolizado institucionalmente pela famigerada Instrução 113, que o economista liberal Eugênio Gudín foi autor, além do Plano de Metas que se utilizou amplamente deste recurso. A única chance de atenuar tamanho “entreguismo”, só foi possível com um rígido controle das remessas de lucro, que além de Caio Prado Jr. (1962b), outros autores desta mesma vertente, ligados principalmente aos periódicos Estudos Sociais e Revista Brasiliense, acreditaram representar a Lei 4.131 de 1962. Dentre eles, destacou-se Chaves Neto (1955), que viu no capital estrangeiro um meio de exploração de nossas reservas naturais, além de impor uma industrialização desvinculada do capital nacional e demandante de mão de obra barata. Um outro autor foi Aristóteles Moura (1960), que através de um amplo estudo, concluiu que o caráter negativo da concentração e centralização de capitais se apresentava nos reinvestimentos de lucro e na desnacionalização que o capital estrangeiro promovia. Ademais, ele demonstrou que o saldo negativo no balanço de pagamentos estava influenciado por fraudes de transferência de renda das filiais, como subfaturamento de exportações e superfaturamento de importações. Moura (1963) ainda notou o lado perverso dos empréstimos e financiamentos, sobretudo dos EUA, que enquadrava os países subdesenvolvidos à sua esfera de poder através das finanças públicas, por isso defendia a captação de recursos soviéticos. Esta argumentação já tinha sido enunciada por Gorender (1959), ao fazer um ataque frontal à ação do FMI sobre as economias subdesenvolvidas.

Autores, como Alves Pinto (1956), Paim (1960), Vasconcellos (1960), colocaram também estes problemas, além de conjuntamente, reivindicarem um “Código de Investimentos”, que parcialmente foi incorporado na Lei de Remessas de Lucro. Segundo Zacarias Carvalho (1957), os principais pontos deste código eram os seguintes: 1) Prioridade para o capital nacional; 2) Subordinação do capital estrangeiro ao desenvolvimento; 3) Proteção dos setores de base; 4) Associação minoritária com o capital nacional; 5) Seleção de investimentos conforme rígidos critérios de aplicação; 6) Disciplina às remessas em geral; 7) Proibição de participação estrangeira no setor bancário; 8) Preferência aos empréstimos; 9) Preferência de aplicação em áreas geográficas atrasadas; 10) Intervenção estatal nas multinacionais quando necessário.

## Visão disciplinadora ao capital estrangeiro

De maneira mais flexível que a corrente anterior, a visão disciplinadora ao capital estrangeiro foi a favor do investimento direto, empréstimos e financiamentos, sem abrir mão, entretanto, dos rígidos controles cambiais e de proteção aos recursos minerais. O projeto social desta vertente estava alicerçado basicamente à tese do estruturalismo dual, influenciado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que reconhecia no desenvolvimento do mercado interno por meio do planejamento estatal e do capital internacional, uma forma de alavancar a industrialização em termos nacionais, para ultimar a distribuição de renda e desenvolver regiões pobres.

Nos anos 30 e 40, a questão do capital internacional esteve colocada de forma embrionária por Roberto Simonsen (1973), que através de um projeto de desenvolvimento de economia mista, acreditava que o planejamento público, em companhia do recurso externo, poderia impulsionar a industrialização. Ademais, o empresário reconheceu a importância de selecionar os investimentos, protegendo os setores estratégicos, e ao mesmo tempo, delimitando áreas específicas conforme a prioridade para o desenvolvimento nacional.

Uma interpretação relativamente herdeira de Simonsen, foi a de Celso Furtado, quem acreditava ser possível, via industrialização e planejamento estatal, aliar o avanço das forças produtivas e o progresso técnico estrangeiros à satisfação das necessidades elementares da população. Tal projeto que o autor tinha em mente, quando ainda participava da Comissão Mista BNDE-CEPAL, foi paulatinamente modificado, entretanto, à medida que a implementação da indústria pesada foi demonstrando algumas características durante o Governo Kubitschek. Furtado (1962) passou a assumir então, uma retórica contrária ao auxílio externo, que até se aproximava da visão crítica ao capital estrangeiro descrita anteriormente. Dentre alguns limites da internacionalização produtiva, em que ele observava, estavam: 1) Concentração no padrão de consumo das classes mais altas; 2) Saldo negativo nas contas externas, em virtude da necessidade de moeda internacional para remunerar o capital estrangeiro; 3) A crescente internalização de capital internacional no país intensificava em igual medida a dependência tecnológica.

É a partir desta perspectiva que o autor concebeu o trágico fim do segundo Governo Vargas como uma suposta perda de autonomia no desenvolvimento nacional. Para Furtado (1964), até aquele período a capacidade política das classes ligadas ao mercado interno tinha se sobreposto aos interesses da elite agrário-exportadora, e do próprio capital internacional. Com o tipo de industrialização que se implantou

com JK, por sua vez, esta possibilidade foi abandonada (FURTADO, 1973). O que fez o autor acentuar a necessidade de reforçar a posição do poder público perante as questões técnicas, com intuito de promover uma rígida disciplina aos capitais alienígenas (FURTADO, 1963). Mas, com a eclosão do Golpe de 64, segundo ele próprio, o que ocorreu foi justamente o contrário, porque ao invés do recurso externo ser submetido aos “centros internos de decisão”, as “forças conservadoras nacionais” se aliaram às forças externas, para impor um “modelo” brasileiro de desenvolvimento concentrador de renda, sob o pretexto da estabilidade monetária e do crescimento econômico (FURTADO, 1972), assim como garantiu uma ampla financeirização aos setores produtivos (FURTADO, 1969).

Com o mesmo intuito de analisar o processo de desenvolvimento brasileiro, alguns autores, com uma filiação teórica distinta de Furtado, mas igualmente ligados ao ISEB, demonstraram também a necessidade de disciplinar o capital estrangeiro. Dentre os principais, destacou-se Ignácio Rangel (1978), que após uma intensa pesquisa sobre as causas da inflação brasileira, percebeu que o diagnóstico dos estruturalistas até estava correto em apontar a questão produtiva como a melhor explicação para o desajuste de preços relativos, mas que se equivocaram, sobretudo, quando diziam ser a estabilidade monetária incompatível com o crescimento, presumindo “a inelasticidade de oferta na economia”, por isso o equívoco em conceber a poupança externa como a única saída para suprir a deficiência nacional. Não obstante, Rangel (1978) propôs que a estabilidade não deveria ser solucionada recorrendo às vicissitudes externas, mas constituindo as bases internas de financiamento através de uma profunda reforma financeira que consolidaria um padrão de financiamento autônomo, dando suporte institucional ao Estado para subordinar o capital internacional aos desígnios nacionais.

Além de Rangel, outros autores do ISEB também procuraram defender posições disciplinadoras ao capital estrangeiro, como Hélio Jaguaribe (1958, p.205) que o definiu na economia brasileira como “[...] um fator auxiliar, tanto mais útil quanto mais possível for enquadrar a sua participação na linha de nossas conveniências.” Outros isebianos reforçaram esta mesma argumentação, como Osny Duarte Pereira, que observava o capital estrangeiro como causador das restrições creditícias internas, dada a crescente absorção das poupanças financeiras, ou mesmo, Alberto Guerreiro Ramos que sublinhou a questão da proteção dos recursos naturais, além de Vieira Pinto, Roland Corbusier e Cândido Mendes que acreditavam ser a legislação baseada no critério de seleção e essencialidade, a mais correta para mover um projeto de emancipação econômica do país. (PEREIRA, 1998).

## Visão liberal ao capital estrangeiro

Uma interpretação dissonante às duas primeiras, ao ser favorável inequivocamente a qualquer tipo de capital internacional, e contra o controle institucional de seus fluxos, mostrou-se expressiva na visão liberal, ainda que alguns autores até admitissem uma certa intervenção estatal na economia. Tal abordagem é definida por um projeto de desenvolvimento associado e subordinado aos fatores externos, dada as deficiências conjunturais da economia brasileira, bem como os “pontos de estrangulamento” que impediam de “germinar” fatores dinâmicos ao desenvolvimento econômico.

A solução para reverter o atraso econômico que persistia no país só poderia ser realizada na medida em que desobstruíssem as limitações ao auxílio externo. O precursor nesse tipo de abordagem foi Eugênio Gudín (1957, p.43), que via no capital internacional um poderoso meio para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, receberem “[...] os frutos do progresso tecnológico já realizado pelos países pioneiros”, assim como para acelerarem “[...] o ritmo de seu progresso.” No entanto, dois óbices impediam o afluxo de capital estrangeiro ao Brasil: o primeiro era o “nacionalismo exclusivista”, fortemente marcado pela “ignorância funcional” aos interesses soviéticos. O segundo era a instabilidade monetária que não permitia sustentar condições cambiais favoráveis para estimular os ingressos de capitais.

Gudín foi um caloroso oponente à Lei de Remessas de Lucro, pois não acreditava que o desequilíbrio no balanço de pagamentos constituísse um argumento crível para disciplinar os recursos estrangeiros. Daí a razão dele ser enfático nos seguintes aspectos: 1) Há um preconceito ao investimento direto, emanado, sobretudo, pelo contexto da aprovação da Lei 4.131, que é “desprezível teoricamente”, uma vez que são os empréstimos que sobrecarregam o país com o serviço de juros e amortização, os quais comprometem a agenda de obrigações externas (GUDÍN, 1958); 2) A Lei de Remessas de Lucro não passa de um “instrumento ditatorial”, na tentativa de resolver o desequilíbrio das contas externas submetendo o capital estrangeiro ao “critério autoritário” de essencialidade proposta; 3) Por último, o que os nacionalistas não entendem é que o desequilíbrio no balanço de pagamentos decorre da inflação, encarecendo as cambiais em moedas internacionais, que é compensado, entretanto, pelo efeito enriquecimento na renda nacional (GUDÍN, 1965).

De maneira similar a Gudín, recorrendo à justificativa do acréscimo na renda nacional, como forma de atacar a Lei de Remessas de Lucro, além de mostrar os seus defensores, como um grupo de nacionalistas não “pragmáticos, românticos, malcriados e temperamentais” (CAMPOS, 1994), apresentava-se Roberto Campos, que até era a favor de um tipo específico de intervenção do Estado. Isso porque, para

o autor, o desenvolvimento de uma nação se mede pela sua capacidade de eficiência, em que o acréscimo material poderia ser efetivado através de uma intervenção estatal que garantisse a variação positiva da renda per capita determinada pela remuneração dos fatores (CAMPOS, 1963b).

A defesa do capital estrangeiro, de preferência os de risco, era incondicional para ultimar este desenvolvimento, por que interagiria na economia através da

[...] alta rotação produto-capital para permitir rápida recomposição do fundo de inversões, bem como pela alta relação produto-capital, de modo que escassas unidades de capital disponível gerem um produto tão abundante quanto possível por unidade de reforço. (CAMPOS, 1963b, p.133).

Por isso, Campos (1994) defendia um “nacionalismo pragmático”, que se adequava muito mais ao “espírito modernizante” de Juscelino Kubitschek, do que de Getúlio Vargas, que tinha uma postura preconceituosa em relação ao capital estrangeiro, e um nacionalismo distante dos avanços mundiais. Tais “vícios nacionalistas” seriam ressuscitados com Goulart, principalmente, quando se editou a Lei 4.131 em oposição ao capital estrangeiro, mas que logo seriam eliminados, inclusive com a própria contribuição de Roberto Campos (1963a), ante a instauração da ditadura militar, a qual teria função de eliminar as áreas de atrito ou restrição.

Para concluir, é preciso lembrar que tais posições, extremamente benevolentes com o recurso alienígena, como as teses de Gudín e Roberto Campos, foram endossadas por outros autores. Dentre eles, figuram o parceiro de Campos no BNDE, Glycon de Paiva (1955) que defendeu irrestritamente os estímulos aos ingressos de investimentos privados internacionais nos anos 50, proferindo uma crítica acentuada aos controles às remessas de lucro, *royalties* e dividendos. Outro autor desta mesma linhagem, companheiro de Campos no período inicial da ditadura, foi Octávio Gouveia de Bulhões (1955, p.68), para quem era impensável prescindir do capital estrangeiro, uma vez que, apesar de termos que enfrentar os “nacionalismos” que dificultavam “[...] o desenvolvimento dos empreendimentos mais dispendiosos, os que requerem maior dose de capital”, a nossa congênita instabilidade monetária e carência de poupança interna exigiriam a busca incondicional por recursos alienígenas.

## Considerações finais

A interação permanente à economia internacional, que a formação do capitalismo brasileiro apresentou entre os anos de 1889 e 1964, revela uma continuidade inscrita no próprio padrão de acumulação ampliada do capital, que pode ser constada tanto anteriormente, quanto após o período delimitado. Porém, o

que impõe rupturas neste processo são as opções que são tomadas internamente a partir do tipo de vinculação externa que a economia brasileira apresenta perante os interesses de suas elites, e os próprios limites estruturais que estas se defrontam com o contexto mundial. O pensamento acompanha tal processo, no entanto, só se torna claro o suficiente quando a reflexão incide sobre um horizonte de possíveis transformações, o que é o caso, por exemplo, do esgotamento do padrão de desenvolvimento calcado no complexo agrário-exportador e determinado pelo capital mercantil nos anos 20, igualmente submetido a um padrão financeiro internacional que se romperia com a Crise de 29. Nesse sentido, é possível entender a origem do debate em termos do questionamento da ordem liberal e internacional.

A constituição de um aparelho de Estado voltado para os mercados internos, a consolidação de bases produtivas e financeiras, além do surgimento de uma industrialização leve, bem como o recrudescimento da política externa influenciada pelos preparativos da Segunda Guerra, consolidou na periferia a chance de avançar nas trilhas do desenvolvimento econômico buscando o aprimoramento de suas bases industriais. Diante da tentativa de consolidar um padrão de desenvolvimento associado externamente, mas submetido aos destinos nacionais fortaleceu-se um pensamento econômico que já vinha crescendo desde os anos 20, no sentido de analisar como o capital internacional iria participar de tal desenvolvimento, e ao mesmo tempo, como se preservariam os recursos naturais e os setores estratégicos do país diante da marcha externa. Todavia, por mais que se buscasse a industrialização, as limitações nativas, sejam elas tecnológicas ou financeiras, não permitiram que se atingisse seu impulso definitivo antes da segunda metade dos anos 50, quando a estratégia do capital externo, consubstanciado na internacionalização do mercado interno, elegeu o Brasil para investir. É desse prisma que o debate sobre o capital internacional atingiu seu auge, visto que agora as condições históricas entrepostas definiriam o tipo de desenvolvimento econômico a ser implantado. Ademais, o debate colocaria a questão de como o aprimoramento das forças produtivas nacionais, aliadas aos condicionantes externos, poderia melhorar o nível material da população.

Por isso, a participação do capital internacional na formação econômica brasileira colocava também no centro de discussão a forma de discipliná-lo conforme os desejos internos para superar o secular subdesenvolvimento, daí as discussões em torno das remessas de lucro, do controle das reservas naturais e da desnacionalização serem tão proeminentes como foram nos anos 50 e 60. O amadurecimento de tal reflexão intelectual e discussão política, além do crescente engajamento das classes populares às reivindicações pautadas pela distribuição de renda, chocou-se com os interesses dominantes, que se aproveitaram do peculiar contexto da Guerra Fria para aplicar um Golpe de Estado que submeteu a política econômica brasileira às condições de financeirização mundial. Isso também demonstrava os limites do próprio

pensamento crítico à internacionalização, em tentar fazer de sua reflexão propostas viáveis para mover um desenvolvimento econômico mais autônomo e voltado para a melhoria da sociedade como um todo.

Abortada a tentativa de enquadrar a acumulação capitalista à superação do subdesenvolvimento nacional, o período ditatorial restaurou de maneira conservadora as bases que fariam o crescimento industrial assumir seu ápice nos anos 70, mas que se esgotariam e mostrariam suas fraquezas nos anos 80, para fazer do período atual, que se iniciou no início na década de 90, um momento tão internacionalizado e liberal quanto o da República Velha. Desse modo, cabem algumas questões: passado o período ditatorial e a crise dos anos 80, que desembocaria nos liberais dias de hoje, como projetar o desenvolvimento nacional quando o nacional-desenvolvimentismo dos anos 30 aos 60 foi silenciado por nossa própria elite? Em que sentido a evolução do pensamento econômico sobre o capital internacional daquela época pode nos ajudar, através de seus erros e acertos interpretativos, a reverter este quadro tão conservador e semelhante ao período anterior à Revolução de 30? Como podemos avançar, quando as economias centrais não permitem, diferente do contexto do pós-guerra que se abriram “janelas de oportunidades”, coexistir projetos de desenvolvimento na periferia? Será por isso, que a reflexão sobre o papel do capital estrangeiro em economias subdesenvolvidas como a brasileira se mostra tão enfraquecida, assim como os projetos de desenvolvimento são tão desacreditados, ou mesmo inexistentes, nos dias de hoje? Estamos órfãos de alternativas teóricas e práticas?

***Origin and rise of the debate about international capital in the Brazilian economic formation (1889-1964).***

***Abstract:*** *The article discusses the origin and rise of the debate about international capital in the Brazilian economic formation, between the inception of the Republican period and the launch of 1964 coup d'etat. This period is divided into “origin”, from the last decade of 19<sup>th</sup> century to 1930, and “rise”, from the Vargas government to the military government in 1964. The first moment shows the preliminary debates arising from issues regarding the foreign capital dynamic that promoted the initial nationalistic manifestations. As of the 1930 revolution, governments invested in industrialization, but this strategy was never fully autonomous from the utilization of foreign resources. Within in this historical context, Brazilian intellectuals in the 50's and 60's started to discuss the foreign versus national capital issues in that new development pattern that was being setting across the country.*

***Keywords:*** *International capital. Ways of development. Intellectual debate.*

## Referências

- BANDEIRA, M. **A presença do Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BARRO, M. A manipulação da Light na Câmara. **Memória Eletropaulo**, São Paulo, n. 21, p. 39-50, 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4.ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000.
- BLOCK, F. **Las orígenes del desorden económico internacional**. México: Fondo de Cultura, 1987.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Annaes da Câmara dos Deputados: sessões de 1 a 29 de dezembro 1903**. Rio de Janeiro, 1904.
- BULHÔES, O. G. Disponibilidade do capital nacional e inversões estrangeiras. **Revista do Conselho Nacional de Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 35, p.63-68, set./out. 1955.
- CAMPOS, F. A. **Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco: 1951-1966**. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. Continuidades e inflexões na internacionalização brasileira: 1951-1967. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 2004, Niterói. **Anais....** Niterói: ABPHE, 2004. 1 CD-ROM.
- CAMPOS, R. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Economia, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1963a.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de história econômica e sociologia**. Rio de Janeiro: APEC, 1963b.
- CARONE, E. **A república velha**. São Paulo: Difel, 1970.
- CARVALHO, Z. Capitais estrangeiros no Brasil. **Revista Brasileira**, São Paulo, n. 12, p. 6-32, jul./ago. 1957.
- CASTRO, A. C. **As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

- CHAVES NETO, E. O capital estrangeiro. **Revista Brasileira**, São Paulo, n.2 , p. 65-79, 1955.
- CORREA, S. I. **O problema econômico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1903.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo: [s.n.], 19 set.1907.
- COUTINHO, L. **Maturity and internationalization of oligopoly capitalism**. 1975. Tese. (Doutorado) - Cornell University, Cornell, 1975.
- DEL ROIO, M. Os comunistas, a luta social e o marxismo: 1920-60. In: RIDENTE, M.; REIS FILHO, D. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 11-68.
- DINIZ, A. F. **Centralização política e apropriação da riqueza: análise das finanças do Império: 1821-1889**. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- EICHENGREEN, B. **Globalizing capital**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- FONSECA, P. D. **Vargas: capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Dialética do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Lia, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GILPIN, R. **U.S. power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment**. New York: Basic Books, 1975.
- GORENDER, J. A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional. **Estudos Sociais**, São Paulo n. 6, p.131-148, maio/set. 1959.

GUDIN, E. Capitais estrangeiros no Brasil. **Digesto Econômico**, São Paulo, n.135, p.46-49, maio/jun. 1957.

\_\_\_\_\_. O Capital estrangeiro e o desenvolvimento. **Digesto Econômico**, São Paulo, n.143, p. 9-17, set./out. 1958.

\_\_\_\_\_. **Análise de problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

JAGUARIBE, H. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

KENWOOD, A. G.; LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy: 1820-1990**. London: Rout-Ledge, 1994.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H.; COSTA, W. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 93-114.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 10.ed. Campinas: Ed Unicamp, 1998.

MOURA, A. **Capitais estrangeiros**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1960.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o imperialismo no Brasil: empréstimos e empresas estrangeiras. **Estudos Sociais**, São Paulo, v.1, n.17, p.3-18, jun. 1963.

OLIVEIRA, L. L. Questão nacional na Primeira Guerra. In: LORENZO, H.; COSTA, W. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 185 – 194.

PAIM, G. Uma Pesquisa sobre as empresas do capital estrangeiro. **Estudos Sociais**, São Paulo, n.7, p.280-290, mar. 1960.

PAIVA, G. Investimentos internacionais privados. **Digesto Econômico**, São Paulo, n.122, p. 13-32, mar./abr. 1955.

PEREIRA, A. E. **Estado, capital estrangeiro e desenvolvimento econômico na produção intelectual do ISEB: 1995-1964**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEREIRA, A. **Ensaio histórico e políticos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PINTO, P. A. Aspectos da penetração imperialista no Brasil. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.5, p.141-232, maio/jun. 1956.

A PLATÉIA. São Paulo: [s.n.], 5 de nov. de 1906.

A PLATÉIA, São Paulo:[s.n.], 18 de jun. de 1912.

PONTES, J. A. A Light e a imprensa. **Memória Eletropaulo**, São Paulo, n. 22, p.60-5, 1995.

PRADO JUNIOR., C. Capitais estrangeiros. **Revista Brasiliense**. São Paulo, n.11, p. 14-24, maio/jun. 1957.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. **Revista Brasiliense**. São Paulo, n. 2, p. 80-93, 1955.

\_\_\_\_\_. A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.39, p.1-9, 1962a.

\_\_\_\_\_. O projeto de lei de remessa de lucros. **Revista Brasiliense**. São Paulo, n.41, p. 1-11, 1962b.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

ROSA, V. S. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SAES, A. Light versus Docas de Santos: capital estrangeiro e nacional da formação da cidade de São Paulo no início do século XX. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 2004, Niterói. Anais.... Niterói: ABPHE, 2004. 1 CD-ROM.

SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. de Queiroz, 1975.

SILVA, A. da. Tempo de fundadores In: MORAES, J. Q.; DEL ROIO, M.(Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000. v. 4, p. 121-142.

SILVA, L. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do caso Itabira Iron. In: LORENZO, H.; COSTA, W. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p.15-36.

SIMONSEN, R. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: \_\_\_\_\_. **História da civilização brasileira 8**. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1975. v. 3. p. 345 – 390.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967a.

\_\_\_\_\_. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967b.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Grafia, 1997.

SOUZA, E. **História da Light**. São Paulo: Eletropaulo, 1982.

TORRES, A. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

VASCONCELLOS, J., R. A Luta contra o subdesenvolvimento é luta contra o imperialismo. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.27, p. 157-168, jan./fev. 1960.